



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7710/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/02/2026 ÀS 10 h (horário de Brasília)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA**, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, com sede na Rua do Rosário nº 104 - Centro, torna público que, devidamente autorizado pela Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Sra. Aline Pontes de Sousa, na forma do disposto no **Processo Administrativo nº 7710/2025**, fará realizar, na data e hora acima informadas, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Fica o pregoeiro, Sr. Luiz Felipe Medeiros de Azevedo, designado pela **Portaria nº. 113/24, de 04 de julho de 2024**, publicada no Diário Oficial do Município de São João da Barra/RJ para a condução do presente certame. Na sua ausência deste o certame poderá ser conduzido por qualquer outro pregoeiro designado na aludida portaria. Como equipe de Apoio fica designada(o) Sr^(a) Camila Rangel de Azevedo.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - RJ**, através de recurso do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A aquisição será realizada mediante licitação na modalidade de PREGAO, em sua forma ELETRÔNICA, no que será aferido critério de julgamento de MENOR PREÇO e a adjudicação por ITEM, conforme condições deste edital e tabela abaixo(s) item(ns) deverá(ão) seguir a(s) seguinte(s) especificação(ões) constante(s) na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	<p>Veículo automotor zero quilômetro, ano/modelo 2026, destinado ao transporte de passageiros, atendendo às seguintes características mínimas:</p> <p>Características Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Hatch compacto• Capacidade mínima: 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor• Número de portas: 04 (quatro) portas laterais• Combustível: Flex (etanol/gasolina)• Direção: Elétrica• Transmissão: Manual, com no mínimo 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré• Tração: Dianteira <p>Motorização e Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none">• Motor com potência mínima de 75 cv (etanol) ou equivalente	UNIDADE	05



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

<ul style="list-style-type: none">• Cilindrada aproximada de 1.0 litro, admitindo variações técnicas equivalentes• Torque compatível com a categoria do veículo• Atender às normas ambientais vigentes (PROCONVE L7 ou superior) <p>Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Freios ABS• Airbags frontais (condutor e passageiro)• Controle eletrônico de estabilidade e tração, quando exigido por legislação vigente• Cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes• Apoios de cabeça para todos os ocupantes• Sistema de imobilizador/antifurto <p>Conforto e Conveniência:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ar-condicionado de fábrica• Vidros elétricos dianteiros• Travamento elétrico das portas• Banco do motorista com ajuste de altura• Coluna de direção com ajuste de altura• Computador de bordo ou sistema equivalente de informações ao condutor <p>Dimensões e Capacidade:</p> <ul style="list-style-type: none">• Porta-malas com capacidade mínima de 300 litros, ou equivalente• Tanque de combustível com capacidade compatível com a categoria <p>Outros Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Equipado com todos os itens obrigatórios exigidos pelo CONTRAN• Manual do proprietário em língua portuguesa• Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, a partir da emissão da nota fiscal• Emplacamento por conta da contratada		
--	--	--

2. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

2.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes devidamente credenciados no Sistema "LICITANET" através do site <https://www.licitanet.com.br/>, conforme discricionariedade administrativa preceituada pelo Decreto Municipal nº 109/21, de 12 de agosto de 2021, no.

2.1.1 No que tange a plataforma escolhida para a realização do procedimento em questão, destacamos a possibilidade trazida pelo Decreto Municipal nº 109/21, de 12 de agosto de 2021, em seus art. 37, inciso V:

"Nas licitações eletrônicas realizadas pelo Município, caso opte por realizar procedimento regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e por adotar o modo de disputa aberto, ou o modo aberto e fechado, a Administração poderá, desde já, utilizar-se de sistema atualmente disponível, inclusive o Comprasnet ou demais plataformas públicas ou privadas, sem prejuízo da utilização de sistema próprio."



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

2.1.2 Além da permissão prevista no referido decreto para utilização de plataformas privadas, justifica-se a não adoção do sistema Compras Gov, antigo ComprasNet, em razão de sua incompatibilidade com o Sistema de Gestão Integrada do Município. Em contrapartida, a plataforma Licitanet apresenta plena integração com o referido sistema, permitindo a automatização do envio e recebimento de dados dos processos licitatórios. Essa integração proporciona maior eficiência operacional, abrangendo desde a elaboração de relatórios gerenciais até o envio automatizado de informações aos sistemas oficiais, como o Portal da Transparência Municipal, o PNCP e o SIGFIS

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação neste Pregão será para todos os tipos de sociedades. O ramo de atividade deverá ser compatível com o objeto desta licitação, não havendo exclusividade de item para participação de ME e EPP, haja vista, que o objeto em tela, aquisição de veículos, requer atendimento a padrões técnicos rigorosos, A complexidade desse serviço pode exigir uma expertise que, muitas vezes, empresas de menor porte não estão em condições de oferecer, comprometendo a efetividade do serviço prestado. É importante ressaltar que a decisão de não restringir a participação de empresas de maior porte não exclui a participação de ME e EPP. Pelo contrário, essa abordagem busca fomentar a competitividade do certame, permitindo que empresas de diferentes tamanhos possam concorrer em igualdade de condições. A inclusão de fornecedores de maior porte cria um ambiente onde todos os participantes, incluindo as micro e pequenas empresas, podem apresentar suas propostas, enriquecendo a diversidade de opções disponíveis e potencialmente resultando em melhores condições de preços. A Lei Complementar 123/2006, em seu artigo 49, incisos II e III, prevê a possibilidade de afastamento da exclusividade quando não se mostra viável economicamente ou operacionalmente para ME e EPP, o que se aplica ao presente caso. Além disso, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, limita o tratamento favorecido para essas empresas quando o valor da licitação ultrapassa os limites estabelecidos. Portanto, a justificativa para a exclusão das ME e EPP pode incluir a necessidade de garantir a competitividade e a eficiência nas contratações públicas, além de assegurar que os preços dos veículos sejam compatíveis com o mercado. Diante do exposto, conclui-se que a não aplicação da exclusividade para ME e EPP se justifica pela necessidade de garantir a eficiência, a qualidade e a economia dos serviços a serem contratados, considerando a participação de empresas de diferentes portes, de modo a assegurar um processo licitatório justo e competitivo.

2.6. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 47 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.7. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 47 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.8. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

2.8.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.6. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

2.8.7. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A vedação de que trata o item 2.8.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. **Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro.

2.11.1. **A participação de consórcios** é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o termo de referência não apresenta nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

2.12. **Não será admitida a participação de cooperativa de trabalho**, qualquer que seja a sua forma de constituição, já que há vínculo de subordinação direta entre o empregado e a empresa contratada para a prestação dos serviços.

2.12.1. Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a vedação à participação de cooperativas neste pregão:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

2.12.1.1. Controle e responsabilização: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pela execução do objeto. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade na execução do objeto, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

2.12.1.2. Segurança jurídica: A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

2.12.1.3. Garantia da qualidade dos serviços: A contratação de serviços em comento é sensível, exigindo a seleção de profissionais qualificados, estáveis e comprometidos. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração busca garantir que os contratados sejam empresas constituídas sob a forma empresarial, com estrutura, histórico e capacidade de oferecer a mão de obra especializada necessária para o cumprimento do contrato.

2.12.1.4. Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias: Cooperativas podem enfrentar dificuldades em assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias. O risco de inadimplência poderia ser transferido à Administração Pública, o que é indesejável e prejudicial para ambas as partes.

2.12.2. Nesse mesmo sentido foram reiteradas decisões (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário) que culminaram com a publicação da Súmula nº 281, TCU:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

2.12.3. Em suma a vedação à participação de cooperativas neste procedimento visa preservar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e isonomia nas licitações públicas, buscando garantir a melhor execução dos serviços e a qualidade no atendimento aos interesses públicos. Essa medida é uma forma de resguardar os interesses do Estado e dos cidadãos, assegurando a realização de contratos que atendam aos padrões de excelência requeridos pela Administração Pública.

2.13. **Orçamento Estimado Sigiloso:** O Orçamento Estimado do presente procedimento licitatório terá caráter sigiloso e só será tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação.

2.13.1. O sigilo do valor estimado no presente procedimento, de contratação de empresa para a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - RJ**, está alinhado com as prerrogativas legais previstas na Lei nº 14.133/2021, que confere à Administração Pública a possibilidade de restringir o acesso a informações sensíveis durante processos licitatórios, sempre que houver justificativa plausível para tal.

2.13.2. É importante ressaltar que a manutenção do sigilo sobre o orçamento durante o processo licitatório não impede os órgãos de controle de exercerem suas funções de fiscalização. Ao contrário, essa prática não compromete a transparência preconizada pelo legislador, uma vez que, na maioria dos casos, o sigilo é temporário e o orçamento é divulgado após a etapa competitiva. Assim, fica evidente que o uso do sigilo não viola os princípios de transparência, pois é uma medida que visa garantir a lisura e a competitividade do processo licitatório.

2.13.3. A opção por tornar o orçamento sigiloso pressupõe o exercício de competência discricionária, nesse aspecto com amparo na motivação adequada, a saber:

2.13.3.1. Proteção de Informações Estratégicas – O mercado é suscetível a flutuações de preços e condições comerciais que podem ser influenciadas pela divulgação do orçamento previamente estabelecido. Manter tais informações em sigilo protege a Administração contra possíveis práticas abusivas, garantindo a obtenção das melhores condições comerciais possíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

2.13.3.2. Estímulo à Competitividade e à Eficiência – O sigilo do orçamento promove um ambiente de competição equilibrada entre os potenciais fornecedores, incentivando-os a apresentar propostas mais competitivas em termos de preço, qualidade e prazo de entrega. Isso contribui para a maximização dos recursos públicos e para a obtenção do melhor custo-benefício para a Administração.

2.13.3.3. Preservação da Equidade e da Imparcialidade – Ao manter o orçamento sigiloso, evita-se qualquer viés ou favorecimento indevido que possa surgir caso os fornecedores tenham acesso prévio a informações privilegiadas. Dessa forma, assegura-se a imparcialidade e a transparência do processo licitatório, em conformidade com os princípios da Administração Pública.

2.13.3.4. Proteção da Privacidade e Segurança das Informações – A divulgação do orçamento poderia expor detalhes sensíveis sobre a demanda e os recursos disponíveis para a contratação, o que poderia comprometer a segurança das informações e a privacidade dos envolvidos no processo de contratação.

2.13.4. É bem sabido que quando o proponente em uma licitação tem acesso ao valor máximo que a administração está disposta a pagar pela aquisição de um determinado objeto ou contratação de um serviço, é provável que isso influencie a proposta apresentada. Essa influência muitas vezes resulta em condições menos vantajosas ao final do processo licitatório.

2.13.5. O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato.

2.13.6. Em síntese, a manutenção do orçamento em sigilo na presente contratação está respaldada pela legislação vigente e é justificável à luz dos princípios da eficiência, competitividade, equidade e transparência que regem a Administração Pública. Tal medida visa garantir a obtenção das melhores condições comerciais para o interesse público, sem comprometer a lisura e a segurança do processo licitatório.

3. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido pela citada lei, quando o fornecedor estiver enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

IX - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

X - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021;

XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21).

3.4. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e das declarações pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. O valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão foi levantado pelo Departamento de Compras deste município, em conformidade com os parâmetros legais, sendo o mesmo sigiloso.

4.1.1. Esta Municipalidade não informa as licitantes o valor estimado, relacionando-se diversas vantagens para a Administração, quais sejam:

- Inibe a tentativa de o licitante limitar seu preço ao estimado na pesquisa;
- Permite ao pregoeiro a possibilidade de obter na fase de lances e na negociação preços inferiores aos da pesquisa;
- Não vincula os preços à época da pesquisa, permitindo ao Departamento de Cotação e à equipe de apoio atualizá-los até o dia da própria sessão.

4.1.2. Corroborando nosso entendimento, o Tribunal de Contas da União tem o entendimento da necessidade da Administração ter uma correta estimativa de custos para avaliar as propostas apresentadas pelos licitantes com os preços praticados no mercado mas não exige que tal estimativa seja anunciada em sede editalícia, conforme podemos verificar abaixo:

*“A importância de uma correta estimativa de custos relativos a materiais, equipamentos, mão-de-obra e encargos é indiscutível, pois fornece parâmetros para a Administração avaliar a compatibilidade das propostas oferecidas pelas licitantes com os preços praticados no mercado, bem como examinar a razoabilidade dos valores a serem desembolsados.
Acórdão n.º 1.265/2009, Plenário, rel. Min. Benjamim Zylmer”*

4.1.3. Entende ainda o TCU que a divulgação de estimativa de preços prévia não constitui obrigatoriedade, conforme decisão que passamos a narrar:

*“O TCU NÃO ENTENDE OBRIGATÓRIA DIVULGAÇÃO DE PREÇO ESTIMADO.
(Processo nº TC-009.900/97-7. Decisão 455/1998 – Plenário. Relator: Ministro Humberto Guimarães Souto. Brasília, 22 de julho de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 ago. 1998. Seção 1, PP. 43/44).”*

4.1.4. Segundo o mesmo Tribunal de Contas da União, a divulgação de preços estimados acaba por inibir a busca da proposta mais vantajosa para Administração.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

4.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1. Valor unitário e total do item;

4.2.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (Cemreais) para o item.**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas brasileiras;

5.17.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

5.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.7 e 3.3 - II deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

6.7.1. A inexecução, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação que trata o Anexo referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor, no prazo mínimo de 2 (duas) horas.

7.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.3. O pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.4. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

7.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

7.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

7.9. Em caso de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.9.1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

7.9.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8. DOS RECURSOS

8.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional pregao@sjb.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.1.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.2. Caberá ao pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021:

9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

9.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

9.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

9.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

9.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, pela infração descrita no item 9.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021, pela infração dos subitens 9.1.1 a 9.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 9.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

9.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 9.2.2 será o valor anual estimado da contratação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

9.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei n.º 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 9.13.

9.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São João da Barra, pelo prazo não superior a 5 (cinco) anos;

9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

9.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

9.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 9.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

9.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

9.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 20% do valor do Contrato.

9.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

9.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei n.º 14.133/2021:

9.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei n.º 286, de 26 de fevereiro de 2014;

9.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

- a) as sanções previstas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;
- b) a aplicação da sanção prevista no item 9.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei n.º 14.133/2021, é de competência exclusiva:
- b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal ou
- b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

9.7 A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei n.º 286/2014.

9.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

9.7.2 A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.1 e 9.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.3 e 9.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei n.º 14.133/2021.

9.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

9.8 A aplicação das sanções previstas no edital e no contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 9.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

9.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

9.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no edital e/ou no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações utilizado pelo Município de São João da Barra.

9.11.1 O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

9.12 O contratante deverá remeter para Coordenação de Licitações e Contratos o extrato de publicação no Diário Oficial do Município de São João da Barra do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de São João da Barra.

9.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno do Município de São João da Barra, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei n.º 14.133/2021.

9.13 Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

9.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria-Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

9.14 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas acima, no Termo de Referência, neste Edital e no contrato, a Contratada estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relacionadas especificamente a efetiva execução do objeto, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas por parte da contratada.

TABELA DE SANÇÕES			
ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	<i>O atraso injustificado da assinatura do contrato, fora do prazo definido previamente no edital de licitação e seus anexos</i>	<i>Multa moratória, de 1%, por dia de atraso injustificado</i>	<i>Valor Adjudicado</i>
2	<i>A não disponibilização de canal de atendimento, seja telefônico ou por meio digital, inviabilizando a devida comunicação com a contratada (item 6.2.5 do termo de referência)</i>	<i>Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%</i>	<i>Valor do Total do Contrato</i>
3	<i>O atraso injustificado da apresentação da garantia financeira, inclusive no caso de reforço por prorrogação contratual</i>	<i>Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%</i>	<i>Valor da Garantia</i>
4	<i>O atraso injustificado para a entrega do objeto no prazo previsto instrumento contratual, ordem de fornecimento, edital de licitação e seus anexos</i>	<i>Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%</i>	<i>Valor Total do Contrato</i>

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do site provedor do sistema: www.licitanet.com.br ou do e-mail funcional pregao@sjb.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente, nos autos do processo de licitação.

10.5. Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

11.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, que consiste na **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA – RJ**.

11.2A CONTRATADA deverá prestar garantia técnica contra defeitos de fabricação, defeitos de materiais ou de manufatura, vícios – aparentes ou ocultos – pelo período **garantia mínima de fábrica de 12(DOZE) MESES**, sem limite de quilometragem, contados a partir da data do **recebimento definitivo**, abrangendo defeitos de fabricação, vícios ocultos e falhas decorrentes de componentes, sistemas e mão de obra.

11.3 Durante o período de garantia, a contratada será responsável por promover, **sem qualquer ônus para a Administração**, todos os reparos necessários, incluindo o fornecimento de peças originais ou de qualidade equivalente, bem como a mão de obra especializada.

11.4 A garantia não exclui nem restringe a responsabilidade da contratada quanto a **vícios ocultos** eventualmente constatados após o prazo de garantia legal, nos termos da legislação aplicável.

11.5 A assistência técnica deverá ser prestada por **rede autorizada do fabricante** ou por oficina devidamente credenciada, garantindo atendimento adequado e manutenção das condições originais do veículo.

11.6 A contratada deverá assegurar a existência de **assistência técnica autorizada em território nacional**, com disponibilidade de atendimento compatível com as necessidades da Administração.

11.7 Os prazos para atendimento e solução dos problemas cobertos pela garantia deverão observar os **padrões usualmente praticados pelo mercado automotivo**, não podendo exceder prazo razoável, salvo em situações devidamente justificadas e formalmente aceitas pela Administração.

11.8 Os reparos cobertos pela garantia deverão ser iniciados em prazo **não superior a 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da solicitação formal da Administração ou da entrega do veículo à assistência técnica.

11.9 O prazo máximo para conclusão do reparo será de **30 (trinta) dias corridos**, contados do início do atendimento, salvo nos casos em que, comprovadamente, houver necessidade de importação de peças ou ocorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pela Administração.

11.10 Ultrapassado o prazo máximo para reparo, sem justificativa aceita, a Administração poderá exigir, a seu critério:

- a **substituição do veículo** por outro de características equivalentes;
- a aplicação das **sanções contratuais cabíveis**;
- ou outras medidas previstas em contrato e na legislação vigente.

11.11 No caso de constatação, no ato do recebimento ou durante o período de garantia, de **defeitos de fabricação, avarias, não conformidade com as especificações técnicas** ou **vícios aparentes ou ocultos**, o fornecedor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

deverá providenciar, às suas expensas, a **substituição do veículo** ou a regularização do problema, conforme o caso.

- 11.12 A substituição do veículo, quando necessária, deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da notificação formal da Administração, prazo este compatível com as práticas de mercado e com a logística do setor automotivo.
- 11.13 Enquanto não sanada a irregularidade, o veículo será considerado **não aceito**, não gerando direito a pagamento até a efetiva regularização ou substituição.
- 11.14 Quando o veículo permanecer em reparo coberto pela garantia por prazo superior a **10 (dez) dias corridos**, a contratada deverá disponibilizar à Administração, **sem qualquer ônus adicional, veículo reserva** com características **equivalentes ou superiores** ao veículo originalmente contratado, pelo período em que durar o reparo.
- 11.15 O veículo reserva deverá atender às condições legais de circulação, estar em bom estado de conservação, com documentação regular, e ser disponibilizado em prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** após caracterizada a necessidade.
- 11.16 A disponibilização de veículo reserva tem por finalidade assegurar a **continuidade dos serviços públicos**, não gerando direito à substituição definitiva do veículo, salvo nos casos previstos contratualmente ou na legislação vigente.

12. PAGAMENTO

12.1. O CONTRATANTE deverá pagar o preço ao CONTRATADO conforme cronograma de pagamento, na conta corrente de titularidade do CONTRATADO a ser indicada, junto à instituição financeira contratada pelo Município de São João da Barra.

12.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município de São João da Barra ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de São João da Barra, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

12.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021.

12.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à secretaria solicitante.

12.5. O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em **até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo do(s) material(s)/produto(s), desde que não haja fator impeditivo por parte da empresa adjudicada.

12.6. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a empresa vencedora deverá anexar a cópia da **Certidão de Regularidade Perante a Fazenda Federal** obtido junto ao **RFB**, bem como do **CRF**, obtido perante o **FGTS (CEF)**, dentro dos seus respectivos prazos de validade.

12.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.8. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar n.º 123/2006.

12.9. Nenhum pagamento será efetuado à empresa vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.10. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomençará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

13.2. O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

13.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro que vier a substituir, e para itens orçados através de tabelas oficiais, será utilizada a mesma tabela para fins de reajuste.

13.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5.1 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

14.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

13.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

13.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

13.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

13.12. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 14.133/2021.

14. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

14.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital.

14.2. A fiscalização será exercida por fiscal e suplente, formalmente designados para o acompanhamento da contratação e a execução dos serviços, bem como, para atestar o recebimento provisório e definitivo, devidamente publicados em Diário Oficial;

15. FORMALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

15.4. Caso o licitante não aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

15.6. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, com as devidas justificativas e comprovações e mediante interesse da Contratante.

15.7. O prazo de vigência será de 06 (Seis) meses, podendo ser prorrogado desde que mantida as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma prevista no inciso II do artigo 106 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

15.8. O prazo de vigência do contrato terá início a partir da sua publicação em Diário Oficial do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.sjb.rj.gov.br/site/licitacoes.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Documentação exigida para Habilitação;

ANEXO II – Termo de Referência;

ANEXO III – Modelo de apresentação da proposta e

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

São João da Barra/RJ, 11 de fevereiro de 2026.

ALINE PONTES DE SOUSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

**ANEXO I
DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

1.2. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

1.4. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

1.4.1 No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

1.4.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

1.4.4. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ**

1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

1.5.2. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021,); art. 69, caput, inciso II, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento;

1.5.3. Em consideração a súmula 12 do TCE/RJ é cabível a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

1.5.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, a saber, 2023 e 2024, comprovando: a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §2º, da Lei nº 14.133/2021; c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped).

1.5.5. Os documentos passíveis de apresentação, referidos anteriormente limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal n.º 14.133/21.

1.5.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.6. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

1.6.1. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

1.6.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

1.6.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

1.6.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

1.6.5. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;

1.6.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

1.6.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

1.6.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.6.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.6.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.6.11. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.6.12. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1.7 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

1.7.1. Apresentação de Declaração(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, genericamente compatível(eis) ao(s) item(ns) de seu interesse dos objetos deste Pregão, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento.

1.7.2. Os licitantes deverão apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado(s) de capacidade técnica.

1.7.3. Apresentar declaração de que haverá Assistência Técnica Autorizada pelo fabricante, num raio máximo de 100 Km da cidade de São João da Barra ou que o técnico se apresentará em 48 h (quarenta e oito horas) na sede deste município para realização da devida assistência.

1.7.4. A licitante deverá apresentar catálogo de assistência técnica em nível nacional.

1.7.5 As exigências acima se justificam pelos recursos envolvidos na aquisição do bem e pela necessidade de garantir ao município a aptidão e experiência da futura CONTRATADA em entregar o quantitativo estabelecido, de modo a garantir a manutenção básica prevista em manual técnico, bem como a necessidade eventual de manutenções corretivas ocorridas no período de garantia, em tempo hábil, de modo a evitar paralização prolongada nas atividades relacionadas aos equipamentos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA
Processo: 7710/2025

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO**, através de Pregão Eletrônico, de acordo com as especificações que se encontram descritas no presente Termo de Referência com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA-RJ.

1.2. O presente documento tem por finalidade definir e especificar os requisitos, objetivos e características básicas necessárias, com intuito de contratação visando à aquisição de veículos 0 km para compor a frota municipal do Fundo Municipal de Assistência Social, para uso em atividades administrativas, atendimento aos munícipes e missão oficial dentro e/ou fora do município.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.4. A aquisição será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e outras normas aplicáveis à espécie, e será aferido pelo critério de julgamento de menor preço e de adjudicação por item, conforme condições deste Termo de Referência e tabela abaixo.

1.5. Solicitamos a publicação no Diário Oficial do Estado, por tratar-se de aquisições a serem custeadas através de recurso do FEAS.

ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL/SERVIÇO	QTDE	UNID.
01	<p>Veículo automotor zero quilômetro, ano/modelo 2026, destinado ao transporte de passageiros, atendendo às seguintes características mínimas:</p> <p>Características Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: Hatch compacto• Capacidade mínima: 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor• Número de portas: 04 (quatro) portas laterais• Combustível: Flex (etanol/gasolina)• Direção: Elétrica• Transmissão: Manual, com no mínimo 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré• Tração: Dianteira <p>Motorização e Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none">• Motor com potência mínima de 75 cv (etanol) ou equivalente• Cilindrada aproximada de 1.0 litro, admitindo variações técnicas equivalentes• Torque compatível com a categoria do veículo• Atender às normas ambientais vigentes (PROCONVE L7 ou superior) <p>Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Freios ABS• Airbags frontais (condutor e passageiro)• Controle eletrônico de estabilidade e tração, quando exigido por legislação vigente• Cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes• Apoios de cabeça para todos os ocupantes• Sistema de imobilizador/antifurto	05	UNID



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

<p>Conforto e Conveniência:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ar-condicionado de fábrica• Vidros elétricos dianteiros• Travamento elétrico das portas• Banco do motorista com ajuste de altura• Coluna de direção com ajuste de altura• Computador de bordo ou sistema equivalente de informações ao condutor <p>Dimensões e Capacidade:</p> <ul style="list-style-type: none">• Porta-malas com capacidade mínima de 300 litros, ou equivalente• Tanque de combustível com capacidade compatível com a categoria <p>Outros Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Equipado com todos os itens obrigatórios exigidos pelo CONTRAN• Manual do proprietário em língua portuguesa• Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, a partir da emissão da nota fiscal• Emplacamento por conta da contratada		
---	--	--

2. DA JUSTIFICATIVA

2.2. A aquisição de veículos para a frota da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos visa promover a aprimoração das ações e serviços prestados à população, com a finalidade de garantir maior eficiência, agilidade e qualidade no atendimento das demandas sociais e de direitos humanos.

A Secretaria de Assistência Social é responsável por atender à diversas necessidades da população em situação de vulnerabilidade social e inclui o transporte de responsáveis técnicos para prestação de serviços com acolhimento e acompanhamento de programas.

Atualmente, a frota disponível é insuficiente para atender à crescente demanda por esse tipo de serviço. A aquisição de novos veículos permitirá ampliar a capacidade de atendimento, garantindo que os cidadãos tenham acesso a serviços ainda mais de qualidade em tempo hábil.

A justificativa para a aquisição de veículos inclui, ainda, a necessidade de atendimento nos CRAS E CREAS, bem como, no Conselho Tutelar, Abrigo Institucional, Casa de Passagem, República, Casa de Mulheres Vítimas, Departamento da infância e Adolescência, Casa da Juventude, Casa dos Conselhos Vinculados e Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos.

Importante destacar que os serviços prestados na Secretaria de Assistência Social são fundamentais para garantir os direitos sociais e a dignidade das pessoas em situação de vulnerabilidade social como um todo.

Dessa forma, a contratação pretendida é extremamente necessária, já que todos os Serviços de Proteção Social (básica, média e alta Complexidade) executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São João da Barra, são de caráter Continuados e Ininterruptos.

Abrigo Institucional:

a)Proteção e Segurança: Proporciona um ambiente seguro, afastando crianças e jovens de situações de violência, abuso ou negligência.

b)Apoio Emocional: Oferece suporte psicológico e emocional, ajudando os jovens a lidar com traumas e a desenvolver resiliência.

c)Educação: Facilita o acesso à educação formal e a atividades de aprendizagem, garantindo que as crianças e jovens continuem seus estudos.

d)Desenvolvimento Social: Promove habilidades sociais e de convivência, ajudando os acolhidos a interagir de forma saudável com os outros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

e) Apoio à Reinserção Familiar: Trabalha para a reintegração das crianças e jovens em suas famílias, sempre que possível e seguro, ou busca alternativas como a adoção.

f) Capacitação e Formação: Oferece programas de capacitação e desenvolvimento de habilidades, preparando-os para a vida adulta e o mercado de trabalho.

g) Acompanhamento e Monitoramento: Realiza um acompanhamento contínuo das necessidades e do progresso das crianças e jovens, garantindo que recebam os recursos adequados.

h) Promoção de Direitos: Defende os direitos das crianças e jovens, assegurando que tenham acesso a serviços de saúde, lazer e outras necessidades básicas.

Essas funções são essenciais para garantir que crianças e jovens em situação de vulnerabilidade possam se desenvolver de maneira saudável e com oportunidades para um futuro melhor.

Casa de Passagem:

Oferece acolhimento emergencial e temporário à indivíduos ou famílias que se encontram em situação de rua ou migração, até que seja possível uma reinserção social ou encaminhamento a outros serviços.

Visam o acolhimento temporário para pessoas em situação de rua ou em crise;

- Prestação de serviços básicos, como alimentação, higiene e vestuário;
- Acompanhamento e apoio para ajudar as pessoas a superar a crise e se reintegrar à sociedade.

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social): Atua na prevenção de situações de vulnerabilidade social, realizando atendimentos, oficinas e atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- Prestação de serviços de assistência social, com atendimento, orientação e encaminhamento para programas e serviços;
- Identificação e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Desenvolvimento de ações de prevenção e intervenção em situações de risco social.

CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social): Realiza atendimentos especializados a famílias e indivíduos que vivenciam situações de violação de direitos, garantindo proteção e orientação para superação dessas situações.

- Prestação de serviços especializados de assistência social, como atendimento psicológico, jurídico e médico;
- Acompanhamento e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade social, como vítimas de violência, pessoas com deficiência, etc.;
- Desenvolvimento de ações de prevenção e intervenção em situações de risco social.

Casa da Juventude:

- Acolhimento e apoio para jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Prestação de serviços especializados, como atendimento psicológico e educacional;
- Desenvolvimento de ações de prevenção e intervenção em situações de risco social.

República: a) Socialização: As repúblicas permitem que os jovens conheçam novas pessoas, façam amigos e construam uma rede de apoio.

b) Autonomia: Morar em uma república ajuda os jovens a desenvolverem habilidades de autogerenciamento, como organização, finanças pessoais e responsabilidades diárias.

c) Cultura e Diversidade: Repúblicas geralmente abrigam pessoas de diferentes origens e culturas, o que enriquece a experiência de convivência e amplia a visão de mundo.

d) Aprendizado Colaborativo: O ambiente proporciona oportunidades de estudo em grupo, troca de conhecimentos e experiências acadêmicas.

e) Eventos e Atividades: Muitas repúblicas organizam festas, jantares e atividades culturais, contribuindo para um estilo de vida mais dinâmico e divertido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

f) Apoio Emocional: Em momentos difíceis, os colegas de república podem oferecer suporte emocional e ajuda prática, criando um espaço seguro para compartilhamento.

g) Formação de Cidadania: A convivência em grupo estimula a discussão sobre temas sociais, políticos e culturais, promovendo a formação de uma consciência crítica.

Casa de Mulheres Vítimas de Violência: Espaço destinado ao acolhimento e proteção de mulheres que sofreram violência, garantindo segurança, apoio psicossocial, e encaminhamentos necessários para a superação da situação de violência.

Conselho Tutelar é um órgão público responsável por garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco. Suas principais funções são:

Proteção dos direitos das crianças e adolescentes: O Conselho Tutelar tem a responsabilidade de garantir que as crianças e adolescentes sejam protegidos contra qualquer forma de violência, abuso, negligência ou exploração.

Atendimento às denúncias: O Conselho Tutelar recebe denúncias de violência, abuso ou negligência contra crianças e adolescentes e toma medidas para investigar e resolver essas situações.

Acompanhamento das famílias: O Conselho Tutelar acompanha as famílias que têm crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco, oferecendo apoio e orientação para ajudá-las a superar as dificuldades.

Encaminhamento para serviços: O Conselho Tutelar encaminha as crianças e adolescentes para serviços de saúde, educação, lazer e outros que sejam necessários para garantir seu bem-estar.

Medidas de proteção: O Conselho Tutelar pode tomar medidas de proteção, como a remoção da criança ou adolescente da família, se isso for necessário para garantir a sua segurança e bem-estar.

Elaboração de planos de proteção: O Conselho Tutelar elabora planos de proteção para as crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade ou risco, com o objetivo de garantir a sua segurança e bem-estar.

Acompanhamento das medidas de proteção: O Conselho Tutelar acompanha as medidas de proteção que são tomadas para garantir que as crianças e adolescentes estejam sendo protegidos de forma eficaz.

Colaboração com outros órgãos: O Conselho Tutelar colabora com outros órgãos, como a polícia, o Ministério Público e a Justiça, para garantir a proteção das crianças e adolescentes.

O Conselho Tutelar é composto por membros que são eleitos pela comunidade e que têm a responsabilidade de trabalhar em prol da proteção e dos direitos das crianças e adolescentes. É um órgão fundamental para garantir a segurança e o bem-estar das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco.

Departamento da Infância e Adolescência é um órgão responsável por promover e proteger os direitos das crianças e adolescentes. Suas principais funções são:

Desenvolvimento de políticas públicas: Elaborar e implementar políticas públicas que promovam a proteção e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Proteção dos direitos: Garantir a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, incluindo o direito à vida, à saúde, à educação, à liberdade e à dignidade.

Prevenção da violência: Desenvolver programas e ações para prevenir a violência contra as crianças e adolescentes, incluindo a violência física, emocional e psicológica.

Atendimento às vítimas: Prestar atendimento às crianças e adolescentes que são vítimas de violência, abuso ou negligência.

Apoio às famílias: Oferecer apoio e orientação às famílias para que elas possam criar um ambiente seguro e saudável para as crianças e adolescentes.

Desenvolvimento de programas: Desenvolver programas e ações para promover a saúde, a educação e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Monitoramento e avaliação: Monitorar e avaliar as políticas e programas desenvolvidos para garantir que eles estejam alcançando os objetivos desejados.

Colaboração com outros órgãos: Colaborar com outros órgãos governamentais, não governamentais e internacionais para promover a proteção e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Educação e conscientização: Desenvolver programas de educação e conscientização para promover a compreensão dos direitos das crianças e adolescentes e prevenir a violência contra eles.

Apoio à justiça: Apoiar a justiça para garantir que as crianças e adolescentes tenham acesso a uma justiça especializada e protegida.

Além disso, o Departamento da Infância e Adolescência também pode ter outras funções, como:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

- Registro e acompanhamento: Manter um registro de todas as crianças e adolescentes que são atendidos pelo departamento e acompanhar seu desenvolvimento.
 - Desenvolvimento de materiais: Desenvolver materiais educativos e de conscientização para promover a proteção e o desenvolvimento das crianças e adolescentes.
 - Capacitação de profissionais: Capacitar profissionais que trabalham com crianças e adolescentes para que eles possam oferecer um atendimento de qualidade.
- É importante notar que as funções do Departamento da Infância e Adolescência podem variar dependendo do país, região ou município em que ele está localizado.

Casa dos Conselhos Vinculados é um espaço que abriga os conselhos municipais, estaduais ou federais que são responsáveis por garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes, bem como outros grupos vulneráveis. As funções da Casa dos Conselhos Vinculados incluem:

1. Apoio aos conselhos: Fornecer apoio técnico, administrativo e financeiro aos conselhos municipais, estaduais ou federais que são responsáveis por garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes.
2. Coordenação de ações: Coordenar ações e programas entre os conselhos e outras entidades governamentais e não governamentais para garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes.
3. Fortalecimento dos conselhos: Fortalecer os conselhos municipais, estaduais ou federais para que eles possam cumprir suas funções de forma eficaz.
4. Capacitação de conselheiros: Capacitar os conselheiros para que eles possam cumprir suas funções de forma eficaz e garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes.
5. Apoio à participação social: Apoiar a participação social e a mobilização da comunidade para garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes.
6. Desenvolvimento de políticas públicas: Desenvolver políticas públicas e programas para garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes.
7. Monitoramento e avaliação: Monitorar e avaliar as ações e programas desenvolvidos para garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes.
8. Colaboração com outros órgãos: Colaborar com outros órgãos governamentais e não governamentais para garantir a proteção e os direitos das crianças e adolescentes.

Além disso, a Casa dos Conselhos Vinculados também pode ter outras funções, como:

- Recepção e atendimento: Receber e atender as demandas da comunidade e dos conselhos municipais, estaduais ou federais.
- Biblioteca e documentação: Manter uma biblioteca e documentação sobre as políticas públicas e programas relacionados à proteção e aos direitos das crianças e adolescentes.
- Sala de reuniões: Fornecer uma sala de reuniões para os conselhos e outras entidades governamentais e não governamentais.
- Apoio à comunicação: Apoiar a comunicação entre os conselhos e outras entidades governamentais e não governamentais.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço que visa promover a convivência e o fortalecimento de vínculos entre as pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco. As funções do SCFV incluem:

1. Promover a convivência: Promover a convivência entre as pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco, para fortalecer os vínculos e a coesão social.
2. Fortalecer vínculos: Fortalecer os vínculos entre as pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco, para promover a estabilidade e a segurança emocional.
3. Prevenir a violência: Prevenir a violência e a exclusão social, promovendo a convivência e o respeito entre as pessoas.
4. Apoiar a família: Apoiar a família e os cuidadores para que eles possam cumprir suas funções de forma eficaz e promover a convivência e o fortalecimento de vínculos.
5. Desenvolver habilidades sociais: Desenvolver habilidades sociais e emocionais nas pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco, para promover a convivência e o fortalecimento de vínculos.
6. Promover a participação social: Promover a participação social e a inclusão das pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco, para fortalecer os vínculos e a coesão social.
7. Apoiar a comunidade: Apoiar a comunidade para que ela possa se tornar um lugar mais seguro e acolhedor para todas as pessoas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

8. Monitorar e avaliar: Monitorar e avaliar as ações e programas desenvolvidos para promover a convivência e o fortalecimento de vínculos.

Além disso, o SCFV também pode ter outras funções, como:

- Recepção e atendimento: Receber e atender as demandas das pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco.
- Orientação e apoio: Oferecer orientação e apoio às pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco, para promover a convivência e o fortalecimento de vínculos.
- Desenvolvimento de programas: Desenvolver programas e ações para promover a convivência e o fortalecimento de vínculos, especialmente para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade ou risco.
- Colaboração com outros órgãos: Colaborar com outros órgãos governamentais e não governamentais para promover a convivência e o fortalecimento de vínculos.

Destacamos, nesta oportunidade a necessidade da prestação de contas anual sobre os recursos disponibilizados, incluindo aqueles não utilizados aos Conselhos Municipais pertinentes.

O não atendimento às aquisições dos itens solicitados pode comprometer não apenas a continuidade dos serviços prestados por esta Secretaria, mas também a efetividade das ações de prestação de contas, o que pode gerar questionamentos e entraves junto aos órgãos de controle.

Nesse sentido, sendo as aquisições custeadas através do recurso estadual disponibilizado pelo FEAS, é que atentamos para a celeridade e atendimento às necessidades.

3. DA PROPOSTA

3.1. Na proposta de preço deverá constar a descrição detalhada do item cotado, valor unitário e total, em moeda nacional, além da marca do produto, quando obrigatório, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente, validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, número da conta corrente, agência e nome do Banco para pagamento, conforme especificações constantes no edital.

4. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1. O veículo fornecido deverá possuir **garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses**, sem limite de quilometragem, contados a partir da data do **recebimento definitivo**, abrangendo defeitos de fabricação, vícios ocultos e falhas decorrentes de componentes, sistemas e mão de obra.

4.2. Durante o período de garantia, a contratada será responsável por promover, **sem qualquer ônus para a Administração**, todos os reparos necessários, incluindo o fornecimento de peças originais ou de qualidade equivalente, bem como a mão de obra especializada.

4.3. A garantia não exclui nem restringe a responsabilidade da contratada quanto a **vícios ocultos** eventualmente constatados após o prazo de garantia legal, nos termos da legislação aplicável.

4.4. A assistência técnica deverá ser prestada por **rede autorizada do fabricante** ou por oficina devidamente credenciada, garantindo atendimento adequado e manutenção das condições originais do veículo.

4.5. A contratada deverá assegurar a existência de **assistência técnica autorizada em território nacional**, com disponibilidade de atendimento compatível com as necessidades da Administração.

4.6. Os prazos para atendimento e solução dos problemas cobertos pela garantia deverão observar os **padrões usualmente praticados pelo mercado automotivo**, não podendo exceder prazo razoável, salvo em situações devidamente justificadas e formalmente aceitas pela Administração.

4.7. Os reparos cobertos pela garantia deverão ser iniciados em prazo **não superior a 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da solicitação formal da Administração ou da entrega do veículo à assistência técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

4.8. O prazo máximo para conclusão do reparo será de **30 (trinta) dias corridos**, contados do início do atendimento, salvo nos casos em que, comprovadamente, houver necessidade de importação de peças ou ocorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pela Administração.

4.9. Ultrapassado o prazo máximo para reparo, sem justificativa aceita, a Administração poderá exigir, a seu critério:

- a **substituição do veículo** por outro de características equivalentes;
- a aplicação das **sanções contratuais cabíveis**;
- ou outras medidas previstas em contrato e na legislação vigente.

4.10. No caso de constatação, no ato do recebimento ou durante o período de garantia, de **defeitos de fabricação, avarias, não conformidade com as especificações técnicas** ou **vícios aparentes ou ocultos**, o fornecedor deverá providenciar, às suas expensas, a **substituição do veículo** ou a regularização do problema, conforme o caso.

4.11. A substituição do veículo, quando necessária, deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da notificação formal da Administração, prazo este compatível com as práticas de mercado e com a logística do setor automotivo.

4.12. Enquanto não sanada a irregularidade, o veículo será considerado **não aceito**, não gerando direito a pagamento até a efetiva regularização ou substituição.

4.13. Quando o veículo permanecer em reparo coberto pela garantia por prazo superior a **10 (dez) dias corridos**, a contratada deverá disponibilizar à Administração, **sem qualquer ônus adicional, veículo reserva** com características **equivalentes ou superiores** ao veículo originalmente contratado, pelo período em que durar o reparo.

4.14. O veículo reserva deverá atender às condições legais de circulação, estar em bom estado de conservação, com documentação regular, e ser disponibilizado em prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** após caracterizada a necessidade.

4.15. A disponibilização de veículo reserva tem por finalidade assegurar a **continuidade dos serviços públicos**, não gerando direito à substituição definitiva do veículo, salvo nos casos previstos contratualmente ou na legislação vigente.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento deverá ser realizado de forma **integral**, mediante Nota de Empenho ou da ordem formal de fornecimento, a ser emitida, indicando a descrição, quantidade, marca e preço, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência e no edital.

5.2. O veículo deverá ser entregue **zero quilômetro**, devidamente preparado para circulação, com todos os itens de série exigidos, documentação regular e emplacamento, quando aplicável, em local a ser indicado pela Administração

5.3. Local de entrega: As entregas deverão ser feitas no Almoxarifado da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua Manoel Moreira da Silva, 17, Atafona, São João da Barra/RJ, **de segunda a sexta, de 8h às 17h.**

5.4. Prazo de entrega: A futura empresa contratada terá o prazo de **até 90 (noventa) dias corridos** para efetuar a entrega, a partir do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de fornecimento, assinada por servidor responsável, mediante confirmação por email ou contato telefônico.

5.5. Caberá à secretaria solicitante o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, devendo informar os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas por seus respectivos fiscais de contrato.

5.5.1. No momento da entrega, deverá ser assinado o comprovante de recebimento dos veículos por servidor responsável e/ou Almoxarifado da secretaria solicitante que se dará, após conferência das especificações e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

funcionamento dos veículos, sendo resguardada à secretaria solicitante o direito de não aceitar os veículos cujas qualidades sejam comprovadamente baixas. Eles deverão:

- Estar em perfeito estado e não violados;
- Confrontação entre os veículos entregues, em consonância com as especificações expressas neste Termo;
- Veículos em perfeito estado.

5.5.2. Não sendo atendidas as condições para recebimento, a secretaria solicitante através do almoxarifado solicitará à Empresa Fornecedora a troca dos veículos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

O atraso injustificado na entrega do objeto contratado sujeitará a contratada às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

1. **Multa moratória**, calculada sobre o valor total do item em atraso, no percentual de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, limitada ao máximo de **10% (dez por cento)** do valor contratado.
2. A multa será aplicada a partir do **primeiro dia útil subsequente** ao término do prazo contratual de entrega, independentemente de notificação prévia, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas previstas em lei.
3. Ultrapassado o limite máximo da multa, ou verificada a continuidade do atraso de forma reiterada, a Administração poderá, conforme o caso:
 - rescindir unilateralmente o contrato;
 - aplicar sanções de **impedimento de licitar e contratar** com a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
 - executar garantias eventualmente prestadas;
 - adotar outras medidas cabíveis para resguardar o interesse público.
4. A aplicação da multa não exime a contratada da obrigação de **entregar o objeto**, nem afasta a responsabilidade por **perdas e danos** decorrentes do atraso.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro.

6.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>).

6.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.2. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

6.2.1. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

6.2.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

6.2.4. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**

6.2.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

6.2.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

6.2.5.2.. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

6.2.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §2º, da Lei nº 14.133/2021; c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.2.5.4 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.2.5.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

6.2.5.6 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.2.5.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.2.5.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.5.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.2.5.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.5.11. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.2.5.12 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.5.13 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.2.5.14. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.2.5.15. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.3. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

6.3.1. Apresentação de Declaração(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, genericamente compatível(eis) ao(s) item(ns) de seu interesse dos objetos deste Pregão, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento.

6.3.2. Os licitantes deverão apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado(s) de capacidade técnica.

6.3.3. Apresentar declaração de que haverá Assistência Técnica Autorizada pelo fabricante, num raio máximo de 100 Km da cidade de São João da Barra ou que o técnico se apresentará em 48 h (quarenta e oito horas) na sede deste município para realização da devida assistência.

6.3.4. A licitante deverá apresentar catálogo de assistência técnica em nível nacional.

7. DO PAGAMENTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

7.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em **até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo do(s) material(s)/produto(s), desde que não haja fator impeditivo por parte da empresa adjudicada.

7.2. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a empresa vencedora deverá anexar a cópia da **Certidão de Regularidade Perante a Fazenda Federal** obtido junto ao **RFB**, bem como do **CRF**, obtido perante o **FGTS (CEF)**, dentro dos seus respectivos prazos de validade.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.4. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Realizar a entrega decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste termo de referência e contrato.

8.2. Entregar os veículos novos, sem uso, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

8.3. Apresentar nota fiscal com o número de chassi e motor de cada veículo.

8.4. Responsabilizar-se por todas as despesas de transporte, seguro e emplacamento até a entrega;

8.5. Garantir a manutenção da qualidade e da assistência técnica durante o prazo de garantia.

8.6. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na fase de habilitação da licitação.

8.7. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

8.8. O fornecedor fica nos termos dos artigos 124 ao 126 da Lei 14.133/2021, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento que se fizerem necessários.

8.9. Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega dos veículos na forma disposta neste Termo de Referência.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Requisitar a entrega dos veículos na forma prevista neste Termo de Referência.

9.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

9.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na Licitação.

9.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

9.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REVISÃO

10.1. O prazo de vigência será de **06 (seis) meses**, a iniciar-se-á na data de publicação do contrato.

10.2. O contrato poderá ser prorrogado antes do seu vencimento, mediante termo aditivo, desde que haja interesse da Administração e seja justificado por escrito, conforme o art. 117 da Lei 14.133/21.

10.3. Em caso de necessidade de reajuste, serão adotados o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro que vier a substituir.

10.4. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O recebimento do objeto se dará conforme o disposto no artigo 140 da Lei nº 14133/21, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

11.1.1. O recebimento será feito em duas etapas:

11.1.2. Provisório: mediante conferência física e documental no ato da entrega;

11.1.3. Definitivo: após vistoria técnica que ateste o pleno funcionamento e conformidade com as especificações.

11.1.4. A entrega somente será considerada concluída após o recebimento definitivo.

11.1.5. O comprovante de recebimento dos veículos por servidor responsável e/ou Almoxarifado da secretaria solicitante se dará, após conferência das especificações e funcionamento dos veículos, sendo resguardada à secretaria solicitante o direito de não aceitar os veículos cujas qualidades sejam comprovadamente baixas. Eles deverão:

- Estar em perfeito estado e não violados;
- Confrontação entre os veículos entregues, em consonância com as especificações expressas neste Termo;
- Veículos em perfeito estado.

11.1.6. Não sendo atendidas as condições para recebimento, a secretaria solicitante através do almoxarifado solicitará à Empresa Fornecedora a troca dos veículos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

11.1.7. Concluindo que os veículos estão em desconformidade com o exposto neste Termo, após relatório comprobatório do Almoxarifado e/ou servidor responsável e/ou Comissão de Recebimento, a Administração Pública poderá aplicar as penalidades previstas em lei, no presente Termo e no Edital de licitação.

12. DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

12.1. Em caso de necessidade de reajuste, serão adotados o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro que vier a substituir.

12.2. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

13. DO VALOR ESTIMADO

13.1. O valor total estimado dos itens deverá ser levantado por meio de ampla pesquisa de preços praticados no mercado pelo Município de São João da Barra, através de seu Departamento de Compras. No preço cotado deverão já estar inclusas as despesas legais incidentes, bem como, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

13.2. A despesa do contrato correrá à conta dos recursos consignados em dotação orçamentária prevista no Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

PROGRAMA DE TRABALHO: 08.244.1822.2066.0000

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 MATERIAL PERMANENTE

FICHA: 440

FONTE: 660.081 FEAS

14. DAS SANÇÕES POR INADIMPLENTO

14.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a(s) empresa(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

14.1.A Advertência;

14.1.B. Pelo atraso injustificado na entrega do item objeto, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a entrega do(s) item(ns), ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto estiver em desacordo com as especificações requeridas;

14.1.C. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

14.1.D. Impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

14.1.E. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

14.1.F. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

14.2. Na aplicação das sanções serão considerados, de acordo com art. 156, §1 da Lei de Licitações 14.133 de 2021:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3. As sanções de multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da sua intimação.

15. DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E /OU BASE DE DADOS PESSOAIS

15.1. Deverão ser observadas as disposições sobre a proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou bases de dados previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de dados pessoais – LGPD).

16. DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

16.1. As partes deverão declarar conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei federal 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Municipal nº 081 de 11 de junho de 2021, se comprometendo que para a execução do contrato decorrente desta licitação nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

17. DA SUSTENTABILIDADE

17.1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e gestão (MPDG), referente aos critérios de sustentabilidade ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

18. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. A fiscalização da contratação caberá ao servidor **JÚLIO CÉZAR MELO MAGALHÃES**, MATRÍCULA Nº 003.145-06 que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos da Lei 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, ao seu substituto. Os mesmos serão designados por Portaria específica, que registrarão as ocorrências em relatório próprio. O Gestor do contrato será o servidor **DIOGO DE BARROS PESSANHA**, matrícula nº 585615-02.

19.2. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste termo, que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação da contratação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

19.3. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do CONTRATANTE deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

19.4. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

19.5. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município de São João da Barra ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará co-responsabilidade do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao Município de São João da Barra dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de **São João da Barra/RJ**.

São João da Barra, 22 de janeiro de 2026.

LIANA BOMGOSTO PESSANHA MONTEIRO
Mat. 305200-02

Ciente, ALINE PONTES DE SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Prefeitura de São João da Barra



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

ANEXO III

Modelo de proposta comercial
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2026 em epígrafe que tem por objeto a**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA – RJ**, através de recurso do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	MARCA/ MODELO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

..... de

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XX/2026

**MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026, REFERENTE A
PREGÃO Nº XXX/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº
7710/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO
JOÃO DA BARRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA
XXXXXXXXXX,**

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ**, inscrito no CNPJ sob o nº 29.116.902/0001-70, com sede na Rua Barão de Barcelos, nº 88 - Centro, São João da Barra/RJ, CEP: 28.200-000, representado neste ato pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**, através do(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Sr.(a) Aline Pontes de Souza, Matrícula: XXXXXXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XX, doravante designado **CONTRATANTE** e de outro a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, nº XX – XXX, XXX/XX, CEP: XXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa (ou procuração apresentada nos autos), estando as partes sujeitas as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da licitação, realizada através do **Processo Licitatório nº 7710/2025 - Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO QUILOMETRO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA – RJ**, através de recurso do FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social), conforme especificações constantes no presente Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO – O fornecimento do objeto deverá ser em estrita obediência ao presente Contrato, assim como ao Edital nº XXX/2026 – Pregão Eletrônico, observadas as especificações disponibilizadas no Anexo II do referido instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A PROPOSTA da contratada será vinculada a esta contratação, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço ajustado ao qual o **CONTRATANTE** se obriga a adimplir e o **CONTRATADO** concorda em receber é de:

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID	MARCA/ MODELO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
x					R\$	R\$
xx					R\$	R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

Os pagamentos serão efetuados através transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal, que deverá ser acompanhada de:

- a) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- b) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal);
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quaisquer erros ou omissões ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos serão integrais para os fornecimentos efetuados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faturas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em 01(uma) via, devidamente regularizada nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento pelo CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma deste contrato, independentemente de sua natureza, nem implicará na aprovação definitiva do recebimento do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso seja apurada alguma irregularidade na fatura apresentada ao CONTRATANTE, o pagamento será susado até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA, para o saneamento da irregularidade.

PARÁGRAFO SEXTO – As faturas poderão ser entregues e protocoladas na sede do CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo deste contrato, durante o horário de expediente, ou ainda, encaminhadas via e-mail informado pelo CONTRATANTE, ou por qualquer outro canal digital disponibilizado pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso na data prevista para pagamento não haja expediente no MUNICÍPIO, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente a esta.

PARÁGRAFO OITAVO Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de **30 (trinta) dias** recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO NONO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o edital **XXX/2026** – Pregão Eletrônico e consequente contrato, são provenientes dos recursos vinculados à Secretaria Municipal Assistência Social e Direitos Humanos. Os recursos orçamentários correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões):

PROGRAMA DE TRABALHO: 08.244.1822.2066.0000

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 MATERIAL PERMANENTE

FICHA: 440

FONTE: 660.081 FEAS.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, DO LOCAL E DO PRAZO DE FORNECIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Este Termo de Contrato terá vigência XX (XXXX) meses, iniciar-se-á na data da publicação no Diário Oficial deste Município e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em cumprimento ao disposto no art. 94, da Lei Federal 14.133/2021, limitando a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O contrato poderá ser prorrogado antes do seu vencimento, mediante termo aditivo, desde que haja interesse da Administração e seja justificado por escrito, conforme o art. 117 da Lei 14.133/21.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

PARÁGRAFO TERCEIRO- Local da entrega: As entregas deverão ser feitas no Almocharifado da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua Manoel Moreira da Silva, 17, Atafona, São João da Barra/RJ, de segunda a sexta, de 8h às 17h.

PARÁGRAFO QUARTO- Prazo de entrega: A futura empresa contratada terá o prazo de **até 90 (noventa) dias corridos** para efetuar a entrega, a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento, assinada por servidor responsável, mediante confirmação por email ou contato telefônico.

PARÁGRAFO QUINTO- Caberá à secretaria solicitante o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da contratada, devendo informar os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas por seus respectivos fiscais de contrato.

PARÁGRAFO SEXTO- O recebimento do objeto se dará conforme o disposto no artigo 140 da Lei nº 14133/21, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

- a) **Provisório:** mediante conferência física e documental no ato da entrega;
- b) **Definitivo:** após vistoria técnica que ateste o pleno funcionamento e conformidade com as especificações.
- c) A entrega somente será considerada concluída após o recebimento definitivo

PARÁGRAFO SÉTIMO- No momento da entrega, deverá ser assinado o comprovante de recebimento dos veículos por servidor responsável e/ou Almocharifado da secretaria solicitante que se dará, após conferência das especificações e funcionamento dos veículos, sendo resguardada à secretaria solicitante o direito de não aceitar os veículos cujas qualidades sejam comprovadamente baixas. Eles deverão:

- Estar em perfeito estado e não violados;
- Confrontação entre os veículos entregues, em consonância com as especificações expressas neste Termo;
- Veículos em perfeito estado.

PARÁGRAFO OITAVO- O fornecimento deverá ser realizado de forma **integral**, mediante Nota de Empenho a ser emitida, indicando a descrição, quantidade, marca e preço, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência e no edital.

PARÁGRAFO NONO - O veículo deverá ser entregue **zero quilômetro**, devidamente preparado para circulação, com todos os itens de série exigidos, documentação regular e emplacamento, quando aplicável, em local a ser indicado pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO- Só haverá recebimento definitivo dos veículos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos veículos, resguardando-se à secretaria de Assistência Social e o direito de não aceitar o produto cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Não sendo atendidas as condições para recebimento, a secretaria solicitante através do almocharifado solicitará à Empresa Fornecedora a troca dos veículos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Concluindo que os veículos estão em desconformidade com o exposto neste Termo, após relatório comprobatório do Almocharifado e/ou servidor responsável e/ou Comissão de Recebimento, a Administração Pública poderá aplicar as penalidades previstas em lei, no presente Termo e no Edital de licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O atraso injustificado na entrega do objeto contratado sujeitará a contratada às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

- **Multa moratória**, calculada sobre o valor total do item em atraso, no percentual de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, limitada ao máximo de **10% (dez por cento)** do valor contratado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

- A multa será aplicada a partir do **primeiro dia útil subsequente** ao término do prazo contratual de entrega, independentemente de notificação prévia, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas previstas em lei.
- Ultrapassado o limite máximo da multa, ou verificada a continuidade do atraso de forma reiterada, a Administração poderá, conforme o caso:
 - rescindir unilateralmente o contrato;
 - aplicar sanções de **impedimento de licitar e contratar** com a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
 - executar garantias eventualmente prestadas;
 - adotar outras medidas cabíveis para resguardar o interesse público.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação da multa não exime a contratada da obrigação de **entregar o objeto**, nem afasta a responsabilidade por **perdas e danos** decorrentes do atraso.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência, constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá Realizar a entrega decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste termo de referência e contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá Entregar os veículos novos, sem uso, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

PARÁGRAFO QUARTO- A CONTRATADA deverá Apresentar nota fiscal com o número de chassi e motor de cada veículo.

PARÁGRAFO QUINTO- A CONTRATADA deverá Responsabilizar-se por todas as despesas de transporte, seguro e emplacamento até a entrega.

PARÁGRAFO SEXTO- A CONTRATADA deverá Garantir a manutenção da qualidade e da assistência técnica durante o prazo de garantia.

PARÁGRAFO SÉTIMO- CONTRATADA deverá Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na fase de habilitação da licitação.

PARÁGRAFO OITAVO- A CONTRATADA deverá Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

PARÁGRAFO NONO- O fornecedor fica nos termos dos artigos 124 ao 126 da Lei 14.133/2021, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento que se fizerem necessários.

PARÁGRAFO DÉCIMO- A CONTRATADA deverá Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega dos veículos na forma disposta neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá emitir e encaminhar ao fiscal do contrato a fatura correspondente ao fornecimento do objeto, bem como a documentação complementar exigida para pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação ao objeto contratado;
- c) manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem ainda, obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- f) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- i) Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto contratualmente e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA ou modificação das obrigações;
- j) Conduzir os procedimentos relativos à aplicação de reajuste e revisão de preços, se cabível;
- k) Aplicar à contratada, penalidades administrativas por descumprimento das obrigações contratuais e do edital de licitação;
- l) Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- m) Arcar com as despesas de publicação do extrato contratual em Jornal de Grande Circulação utilizado pelo Município, bem como dos termos aditivos que porventura venham a ser firmados;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

do prazo de validade de sua proposta;

- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 1- Advertência pela falta do subitem anterior deste contrato “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 2- Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item acima, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos subitens acima “a” a “g”, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos subitens acima “h” a “m”;
- 2.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
- 2.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos “3” e “4” abaixo;
- 3- Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, nos casos dos subitens acima “b” a “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 05 (cinco) anos, nos casos dos subitens acima “b” a “m”;
- 5- Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Na aplicação das sanções serão considerados:

A natureza e a gravidade da infração cometida;

- a) As peculiaridades do caso concreto;
- b) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- c) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- d) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- e) As sanções de multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da sua intimação.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e para itens orçados através de tabelas oficiais, será utilizada a mesma tabela para fins de reajuste, tendo para a sua contagem o marco inicial a data do orçamento estimativo da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada.
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
- d) os demais mencionados no Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso ocorra a rescisão do Contrato, o CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, apenas os valores dos materiais entregues e aceitos até a data respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 01.04.2021 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita por meio de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial deste Município e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 94, da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Fica assegurado a Prefeitura Municipal de São João da Barra/RJ o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

PARÁGRAFO QUINTO - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

PARÁGRAFO SEXTO - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fls.:	Rubrica:

contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é gestor responsável pela pasta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo nº 156 da Lei 14.133/2021.
- b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.
- c) O presente Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.**
- d) A via deste instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Prédio da Prefeitura Municipal de São João da Barra/RJ a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PARTES INTEGRANTES

As condições estabelecidas no edital nº **XXX/2026** – Pregão Eletrônico e na proposta apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O gerenciamento e a fiscalização do contrato caberão, respectivamente, aos servidores **JÚLIO CÉZAR MELO MAGALHÃES**, MATRÍCULA Nº 003.145-06 que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos da Lei 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, ao seu substituto. Os mesmos serão designados por Portaria específica, que registrarão as ocorrências em relatório próprio. O Gestor do contrato será o servidor **DIOGO DE BARROS PESSANHA**, matrícula nº 585615-02, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

Ficam reservados ao Gestor do contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o Município de São João da Barra ou modificação da contratação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PMSJB	Nº do Processo: 7710/2025
Fis.:	Rubrica:

As decisões que ultrapassarem a competência do gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUCESSÃO E DO FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de São João da Barra/RJ, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

São João da Barra/RJ, de de

Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos
Humanos
Matrícula nº

XXXXXXXXXXXXXXXXX
(NOME)
Representante Legal